“A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS ENTIDADES RELIGIOSAS”, DE DAVIDE ARGIOLAS

EDITORA PETRONY, 2017

Na presente obra o autor trata de tema polêmico e atual, envolvendo as controvérsias decorrentes do exercício da fé e das práticas do proselitismo religioso, assim como dos seus eventuais abusos e distorções, que vão até a prática de ilícitos. Logo, procura o autor em seu texto original separar as primeiras ações, tratadas como lícitas, das últimas, estas sim indesejáveis entre nós e ensejadoras das intervenções estatais no âmbito da liberdade religiosa.

A importância da presente investigação se evidencia diante das atuais circunstâncias, que apontam para uma realidade de convivência social que prestigia o ideal de secularização e a consequente supressão de princípios e práticas religiosas.

Destarte, por tais razões, temos a relevância do estudo acerca do tema proposto pelo autor, quanto à “possibilidade de ser identificada e aplicada uma responsabilidade civil extracontratual em razão de atos praticados por religiosos e/ou entidades religiosas que representam”.

Buscando o essencial do seu pensamento livre, empregado aqui com o fito de responder a indagações como a acima revelada, vem o autor, com fulcro no ordenamento jurídico português e foco nesta e noutras questões correlatas, especular: “se existe algum privilégio legal capaz de limitar e até mesmo isentar a responsabilidade extracontratual a

favor das entidades religiosas”, ou, “até que ponto irão os operadores do direito, cultores do secularismo, agir de forma imparcial na resolução dos conflitos envolvendo assuntos teológicos”.

Portanto, o texto desenvolvido por ocasião da construção da presente obra literária, da seara do direito, procura elucidar, e elucida, por meio de uma escrita objetiva, os antes elencados questionamentos, além de outras indagações relacionadas ao tema central da investigação em comento, que finda por desafiar a compreensão do “direito fundamental à liberdade religiosa” e da “necessidade do respeito ao seu efetivo exercício”.

Em resposta às inquietações elencadas pelo autor, esse mesmo descortina em seu texto o entendimento de que as pessoas individualmente consideradas, e assim também, as instituições religiosas, ao se comportarem conforme o ordenamento jurídico posto, disciplinador do exercício da liberdade religiosa em Portugal, não mais se colocam sujeitos ao arbítrio alheio, e, por via de consequência, alcançam a liberdade plena para a prática religiosa, e nela não devendo ser contrariados ou constrangidos.

Outrossim, encerrada a leitura da obra, resta clara a compreensão de que qualquer comportamento de uma pessoa religiosa, no exercício da fé, que injustamente prejudique a esfera jurídica alheia, configurando prática

de ato ilícito, perfaz conduta culpável (consideradas as várias espécies de culpa) aquiliana ou extracontratual, passível de disciplinamento por meio da subsunção ao fato da norma de regência.

Finalmente, é imperioso ressaltar que a proposta investigativa do autor não é focada na ideia de isenção de sanção para tais situa-

ções fáticas ilícitas, mas o que busca é evitar que onde não há transgressão normativa jurídico-constitucional e/ou jurídico-civil, na fruição da autonomia confessional, haja proibição ou limitação ao exercício da liberdade religiosa.

DANIEL E SILVA MEIRA
Prof. MSc. UFPE.

“OS DESAFIOS DO DIREITO (PENAL) DO SÉCULO XXI”

OBRA REALIZADA COM A COORDENAÇÃO
DE MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE

A presente obra, realizada sob a coordenação de Manuel Monteiro Guedes Valente, Doutor em Direito pela Universidade Católica Portuguesa na especialidade de Direito Penal, oficial superior da Polícia de Segurança Pública e, professor universitário em várias instituições como, a exemplo, Universidade Autónoma de Lisboa e Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, corresponde a um trabalho de investigação jurídica do mais elevado e assinalável mérito, no âmbito daquela que é a investigação do “Ratio Legis” – Centro de I&D da Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões.

Neste sentido, o objecto da obra são as ciências jurídico-criminais, procurando-se como o seu coordenador indica, seguir uma linha de orientação doutrinal capaz de ilustrar “o equilíbrio entre a necessária e efectiva tutela de bens jurídicos e a garantia de defesa do agente do crime face ao poder dos Estados”.

Em 10 artigos, patrocinados por 13 conceituados autores, podemos então percorrer um caminho em que nos deparamos com temas da maior actualidade jurídica e social como: “O Direito Penal Económico – uma política criminal na era da globalização”; “Direito Penal Tributário”; “Os limites da Justiça Penal negociada”; “A Corrupção: um fenómeno dos tempos ou do nosso tempo?”; “A criminalização do terrorismo no Brasil: A excepção do crime político a partir da lei n.º 13.260/2016”; “Direito Penal do Inimigo: Para além da constitucionalidade do Direito Penal”; “A validade dentro da tetralogia do Direito: Um passeio pela teoria comunicacional”; “As teorias correntes sobre a prova do fato: probabilismo e explanacionismo apenas?”; “Direito à defesa penal efectiva”; e, “Jurisdição criminal e as Cortes internacionais de Direitos Humanos: diálogos necessários”.

Respectivamente, no artigo “O Direito Penal Económico – uma política criminal na